

# Agora toda a gente vai à Escola

## Bibliotecas Escolares, Desenvolvimento e Cidadania

### Portugal 2007

*Maria José Vitorino Gonçalves<sup>1</sup>*

Professora destacada para apoio à Rede de Bibliotecas Escolares

Escola EB23 Dr. Vasco Moniz

2600-101 Vila Franca de Xira

Tel: +351966473886

E-mail: mariajosevitorino@gmail.com

#### RESUMO

No início do séc. XXI, reflecte-se sobre a escola, generalizada, obrigatória e “tendencialmente gratuita” das nossas sociedades e sobre o papel e o futuro das BECRE (Bibliotecas Escolares Centros de Recursos Educativos). A partir de documentos nacionais e internacionais, e da experiência da autora nos últimos anos no âmbito da BAD-GTDIE (Grupo de Trabalho Documentação e Informação Escolar), da RBE (Rede de Bibliotecas Escolares), do ENSIL (European Network for School Libraries and Information Literacy) e o THEKA-Projecto Gulbenkian de Formação de Professores para o Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares, apontam-se algumas propostas de trabalho para os profissionais de Educação e de Informação, relacionados com as BECRE, e propostas de intervenção junto de decisores públicos e privados.

In the early years of XXI century, some thoughts about school, and school for all, within our present societies, as well as on SL/RE (School Libraries/Resources Centres), their role and their future. Some trends are suggested for professional working, as well as for development measures, based on national and international statements and guidelines, and on the author's own experience during several years within BAD-GTDIE (School's Documentation and Information Working Group), RBE (National School Libraries Network), ENSIL (European Network for School Libraries and Information Literacy) and THEKA Calouste Gulbenkian Project for Teacher Education to Develop School Libraries

**PALAVRAS-CHAVE:** Bibliotecas Escolares., Escola Pública, Profissionais de Informação-Documentação, Professores Bibliotecários. Bibliotecários Escolares School Libraries. Public School. Information and Documentation Professionals. Teacher Librarians. School Librarians.

#### PRÓLOGO

Outono de 2006. Numa reunião de trabalho de professores responsáveis por bibliotecas escolares, com gente de zonas rurais, urbanas e suburbanas, e ainda com professores destacados para o apoio aos projectos de

desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal Continental, todos eles (muitas elas) licenciados, muitos com especializações, vários com pós-graduações, incluindo cursos que os qualificam como bibliotecários, alguém perguntou:

- A vossa mãe sabia ler?

Quase todos os braços (mas nem todos....) se ergueram. Ousou um pouco mais o perguntador:

- As vossas avós?

Alguém contestou:

- As duas?

Menos braços se ergueram.

Chegámos rapidamente à conclusão que uma das avós era, com alguma frequência, escolarizada pelo menos a um nível básico, mas que quando se chegava às bisavós os braços erguidos eram raros.

A média de idades entre os presentes na sala rondava os 40, 45 anos. Se a mesma questão fosse apresentada em países escandinavos, a resposta seria diferente. Na Noruega, desde o final do séc. XIX que a taxa de analfabetismo é ínfima. Se colocássemos a questão em África, ressoaria o apelo da UNESCO, para a Década de 2003-2013, à alfabetização das meninas, para que as mães, as do futuro, pelo menos essas, possam saber ler e transmitir o valor da escolarização aos seus filhos, a geração activa lá para 2030 e tal!

---

<sup>1</sup> Agradeço a colaboração preciosa de Lucília Santos e Cristina Cruz na revisão final do texto..

Em 1978, há quase vinte anos, quando a Unesco aprovou o primeiro Manifesto das Mediatecas Escolares<sup>2</sup>, estes professores estudavam ainda, na sua maioria, no Ensino Secundário ou no Ensino Superior. Muito poucos tinham tido contacto com bibliotecas, dentro ou fora da escola.

Profissionais empenhados no desenvolvimento de uma Rede<sup>3</sup> que só se inicia, institucionalmente, há 11 anos, e que corresponde a um dado elementar nos sistemas educativos de outros países, são, realmente, pioneiros na criação de um serviço valorizado por gente letrada. O mesmo é dizer, em Portugal, que é valorizado por gerações de alfabetização e escolarização recentes, no percurso da sua própria família.

A primeira diferença, é pois, esta: agora, toda a gente (infelizmente ainda não toda a gente) vai à escola. Pelo menos toda a gente espera que os seus filhos e filhas vão à escola, assumindo como indiscutível, um direito “natural”, aquilo que foi bandeira de muitas lutas desde o século XIX. Apesar disso, é bem conhecida a taxa de abandono escolar portuguesa, uma das maiores dos países da União Europeia, e que tem correspondência mesmo entre portugueses emigrantes noutros países – somos uma das comunidades nacionais que mais demora a valorizar a escolarização dos seus descendentes<sup>4</sup>. Apesar o seu crescimento desde 1974, mantém-se reduzida a percentagem de alunos que prosseguem estudos até ao Ensino Superior, nível de educação apenas acessível a uma minoria.

No entendimento da palavra "toda", há porém cambiantes de nota. Diferenças assinaláveis entre regiões, géneros, contextos culturais dos percursos individuais e familiares.

## DESENVOLVIMENTO

A que vêm estes dados num Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas?

A propósito das Bibliotecas Escolares, nos termos em que são definidas actualmente em documentos internacionais, manifestos<sup>5</sup> ou directrizes<sup>6</sup>, e em textos nacionais<sup>7</sup>, de que fazem eco muitas fontes electrónicas<sup>8</sup>, em expansão constante e em muitos idiomas do planeta. Recorrendo a

<sup>2</sup>Unesco. IFLA (1978) *Manifesto das Mediatecas Escolares*

<sup>3</sup> Rede de Bibliotecas Escolares RBE, criada em 1996.

<sup>4</sup>Comprovam-no estudos realizados em países tradicionais de acolhimento de imigração portuguesa, como a França, a Suíça, o Luxemburgo, a Alemanha. Esta realidade é também perceptível, embora com cambiantes de relevo, nos países americanos (Canadá, EUA, Brasil, Venezuela). A este respeito, afirma Teixeira (2003): O abandono escolar dos nossos jovens a nível do high school (Ensino Secundário) e que depois se reflecte no número muito reduzido de jovens que prosseguem os estudos na universidade, e muito menos ainda no grade school, ou seja, a nível de mestrado e doutoramento. Isto é, na realidade, um grande problema, não só no Canadá e Estados Unidos, mas também nas restantes comunidades da Diáspora Portuguesa, como na França e noutros países europeus.

<sup>5</sup>*Manifesto das Bibliotecas Escolares* (1999), Unesco/IFLA

<sup>6</sup>*Directivas para as Bibliotecas Escolares* (2002), IFLA

<sup>7</sup>*Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares : relatório síntese* (1996), Ministério da Educação

<sup>8</sup>Destaquem-se, a título de mero exemplo, os sítios da Secção de Bibliotecas Escolares e Centros de Recursos Educativos da IFLA [www.iflanet.org/VII](http://www.iflanet.org/VII), do IASL [www.iasl-slo.org](http://www.iasl-slo.org) e da Rede de Bibliotecas Escolares portuguesa [www.rbe.min-edu.pt](http://www.rbe.min-edu.pt)

estas fontes, constatamos que a Biblioteca Escolar, em designações com alguma variação<sup>9</sup>, é, nas formulações mais recentes, descrita como **um factor essencial na gestão de escolas de qualidade e de condições estruturais de desenvolvimento das aprendizagens e de produção do conhecimento.**

Faça-se uma breve viagem por alguns dos principais documentos de referência dos anos 90 e do início do século XXI e poderemos confirmar esta tendência.

(...) cada criança tem direito a receber educação, obrigatória e gratuita, pelo menos ao nível do ensino básico. Ser-lhe-á administrada uma educação que desenvolverá a sua cultura geral e lhe permitirá, numa base de igualdade, desenvolver as suas habilidades, capacidade de decisão e uma consciência moral de responsabilidade social, tornando-o um membro útil da comunidade.

(Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Princípio 7, 1959)

(... ) **A existência e utilização da biblioteca escolar constitui uma parte vital desta educação obrigatória e gratuita.** A biblioteca escolar é essencial “ao desenvolvimento da personalidade humana, bem como ao progresso espiritual, moral, social, cultural e económico da comunidade (destaque meu).<sup>10</sup>

(IASL , 1993)

Pretende-se que exista uma especialização funcional dos espaços, dos equipamentos, do pessoal, da gestão e das actividades da biblioteca, sendo contudo de evitar soluções que conduzam à autonomização e marginalização. **A biblioteca deve antes ser entendida como uma unidade orgânica da escola** e o planeamento das suas actividades, embora ajustado à especificidade das suas funções, estará integrada no planeamento global da escola e no seu projecto educativo (destaque meu).

(Lançar a rede..., 1996)

Cada BE/CRE deverá ser entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso, destinado à consulta e produção de documentos em diferentes suportes, devendo dispor de espaços flexíveis e articulados, mobiliário e equipamento específicos, fundo documental diversificado e uma equipa de professores e técnicos com formação adequada.<sup>11</sup>

(Sítio RBE<sup>12</sup>, 1998-2006)

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade

<sup>9</sup>Mais uma vez a título meramente exemplificativo, refirmam-se as designações de Biblioteca Escolar, CRE, Centro de Recursos Educativos, BECRE, Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos, Mediateca Escolar, CDI – Centro de Documentação e Informação, SDI – Serviços de Documentação e Informação. Por comodidade, usaremos neste texto a designação Biblioteca Escolar para referir todas estas formas.

<sup>10</sup>Adoptado por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1959.

<sup>11</sup>RBE [www.rbe.min-edu.pt](http://www.rbe.min-edu.pt) (disponível em 29-01-2007)

<sup>12</sup> Rede de Bibliotecas Escolares, criada em 1996 por Desp. Conjunto dos Ministérios da Educação e da Cultura

actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (...) A biblioteca escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO.

(Manifesto Unesco/IFLA, 1999)

A política da biblioteca deve ser traçada tendo em conta orientações a que se subordina e as necessidades da escola, e deve reflectir o seu *ethos*,<sup>13</sup> as suas finalidades e os seus objectivos, tanto quanto a sua realidade.

(The IFLA School Libraries Guidelines, 2002)

Precisamos reflectir sobre as Bibliotecas Escolares, mas sem deixar de pensar também, a Escola, e de nos pensarmos a nós. A nós, cidadãos, que das Bibliotecas alguma coisa esperamos e a elas, e à Escola, exigimos. Nós, que ainda nos lembramos das histórias da avó semi-analfabeta, e que nos preparamos para ler livros aos nossos netos, e aos netos dos nossos companheiros de Escola Primária. A propósito de nós, profissionais de informação e documentação, mas ao mesmo tempo profissionais de educação e formação, que vimos ganhando sentimentos de identidade, quer nos chamem professores bibliotecários, bibliotecários escolares, animadores, mediadores, técnicos de SABE<sup>14</sup> ou auxiliares de acção educativa.

Na bibliografia de referência, os recursos humanos surgem naturalmente como um dos pontos obrigatórios das orientações para as Bibliotecas Escolares. Da verificação de ausência de padrões de qualificação assumida pela IFLA em 1995, aos requisitos desenvolvidos pela mesma organização em 2002, constata-se uma evolução significativa nos últimos dez anos, e uma progressiva exigência de profissionalização e formação específica da equipa responsável pela BECRE.

<sup>13</sup>Em grego clássico no original. Ethos - termo emprestado da retórica antiga, o ethos designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso no que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. O "ethos" faz parte, como o "logos" e o "pathos", da trilogia aristotélica dos meios de prova. Adquire em Aristóteles um duplo sentido: por um lado designa as virtudes morais que garantem credibilidade ao orador, tais quais a prudência, a virtude e a benevolência; por outro, comporta uma dimensão social, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social. Nos dois casos trata-se da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real. in Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 220.

<sup>14</sup>Serviços de Apoio a Bibliotecas Escolares. Designação utilizada nas Bibliotecas Municipais e nas Autarquias que dispõem destes serviços.

As Linhas de Orientação para Bibliotecas Escolares (pág. 8-10) sugerem quatro categorias de pessoal para as bibliotecas escolares, por ex., profissional, técnico, pessoal de apoio e voluntário. Nestas Linhas de Orientação não foram delineadas qualificações profissionais para cada tipo de pessoal. Deverá ser tido em conta que apenas nos sistemas de bibliotecas escolares mais desenvolvidos existe tal divisão de trabalho. Frequentemente uma ou duas pessoas são responsáveis por todas as operações da biblioteca escolar e (...) ainda têm também outras obrigações na escola. Também é comum, em muitos países, haver apenas uma pessoa encarregada de várias bibliotecas escolares, auxiliada, por vezes, por voluntários.<sup>15</sup>

(IFLA, 1995)

A Associação Internacional dos Bibliotecários Escolares **defende que os bibliotecários escolares sejam professores qualificados que também tenham terminado cursos profissionais de biblioteconomia.** Este tipo de preparação assegura-nos que os professores recebem ajuda e ensinam cooperativamente com pessoal profissionalizado que compreende os princípios e práticas do ensino e do programa e práticas educativas da Escola (destaque meu).

(IASL, 1996)

**O bibliotecário escolar é o elemento do corpo docente profissionalmente habilitado,** responsável pelo planeamento e gestão da biblioteca escolar. **É apoiado por um equipa tão adequada quanto possível, trabalhando em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e em ligação com a biblioteca pública e outras.**

O papel dos bibliotecários escolares varia consoante o orçamento, curriculum e metodologias de ensino das escolas, de acordo com o quadro legal e financeiro nacional. Em termos específicos, existem grandes áreas de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares desejarem desenvolver serviços efectivos nas bibliotecas escolares: gestão de recursos, gestão de bibliotecas e de informação e ensino.

Num ambiente cada vez mais integrado pelas redes de informação, os bibliotecários escolares devem possuir competências para planear e ensinar diferentes habilidades no tratamento da informação tanto a professores como a estudantes. Devem, por conseguinte, prosseguir a sua formação e desenvolvimento profissionais (destaques meus).<sup>16</sup>

(Manifesto Unesco/IFLA, 1999)

A riqueza e a qualidade dos recursos da biblioteca dependem dos recursos humanos disponíveis dentro da escola e para lá dela. Por este motivo, é de grande importância dispor de pessoal com boa formação e alta motivação, incluindo um número suficiente de elementos adequados à dimensão da escola e às suas necessidades específicas de serviços de biblioteca. **O termo "equipa" significa, neste contexto, bibliotecários qualificados e auxiliares de biblioteca.** Como complemento, pode

<sup>15</sup>Hannesdottir (1995) (adaptado)

<sup>16</sup>Unesco/IFLA (1999). 2ª ed. 1ª ed. em 1978.

existir pessoal de apoio, tal como professores, técnicos, pais e outro tipo de voluntários. Os bibliotecários escolares devem ser formados e qualificados profissionalmente, com formação adicional em teoria educativa e metodologias de aprendizagem (destaques meu).

(IFLA, 2002)

Se procurarmos nos documentos reguladores das carreiras, remunerações e funções a situação é porém menos cristalina.

Em 1999, o Decreto-Lei 515/99 regulamenta o Estatuto das Carreiras de Pessoal Não Docente e prevê duas Carreiras: de Técnico Superior BAD e de Técnico profissional BAD<sup>17</sup>. Regulamentadas posteriormente, nunca chegaram a ser abertos quadros de pessoal nas estruturas da Administração Educativa, incluindo as Escolas/Agrupamentos de Escolas. Em 2004, novo normativo altera este Decreto-Lei e extingue as carreiras de Técnico Superior, mantendo, porém, as de Técnico Profissional. Até 2007, porém, nenhum quadro foi aberto para esta categoria. Para Auxiliares de Acção Educativa que, entretanto adquiriram habilitação profissional, mesmo requerendo mobilidade dentro dos quadros da Administração Pública, esta só foi autorizada, até agora, para outras carreiras, tais como a de Assistente Administrativa.

No caso dos docentes, a recente revisão do Estatuto da Carreira Docente mantém neste ponto a situação definida no anterior (de 1990) – prevendo-se duas “formações para o exercício de funções especializadas” relacionadas com as Bibliotecas Escolares, embora em grau diferente: Comunicação Multimedia e Gestão de Informação (formação regulamentada pelo Despacho 188/99) e Animação (nunca regulamentada).

Não existem quadros nem grupos de recrutamento nos concursos para professores bibliotecários. Em 2003, surge um primeiro despacho normalizador dos critérios de nomeação (pelos Conselhos Executivos das Escolas) e da atribuição de créditos horários aos professores coordenadores das equipas, ou de destacamentos a professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico com as mesmas funções, aplicado apenas nas escolas integradas na RBE. Em 2006, o Despacho 13599/06 desenvolve mais este aspecto, enquadrando-o numa definição de funções da equipa da BECRE e nas orientações para a organização dos horários dos docentes, e ainda fixando novos créditos horários, de acordo com a dimensão das Escolas. Este despacho, todavia, apenas se aplica a Escolas integradas na RBE.

Num outro documento, uma tabela anexa ao Decreto-Lei 224/2006, que norteia a mobilidade de professores e educadores sem atribuição de funções docentes, por motivo de incapacidade permanente, uma das possibilidades de afectação, depois da sua reconversão, é como Coordenador de Centro de Recursos Educativos, não existindo qualquer hipótese de membro da equipa do Centro de Recursos Educativos, o que corresponde a uma visão algo recuada das funções desta e das responsabilidades do Coordenador. Esta única alternativa de reconversão, embora se possa adequar a alguns perfis de profissionais nestas situações, não se ajustará a muitos

<sup>17</sup> Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas BAD, criada em 1973

casos de fragilidade física, que, no entanto, permitiriam uma integração ajustada como elementos da equipa, noutras funções.

Nas Regiões Autónomas, o quadro é bastante semelhante, com algumas diferenças significativas na Região Autónoma da Madeira, que, com o Decreto Legislativo Regional 29/2006/M, cria carreiras de Técnico Superior BAD, Técnico Profissional BAD, Técnico profissional de Meios Audiovisuais e Animador Sociocultural nas escolas (este último integrado no Departamento de Psicologia e Orientação Educativa). Na data em que redijo estas linhas, ainda não consegui confirmar quantos profissionais estão colocados nestas funções. No que diz respeito à Região Autónoma dos Açores, os normativos encontram-se em actualização.

A realidade das escolas portuguesas está longe de ser uniforme. Há sinais de ruptura e inércia, mas também abundam manifestações de vitalidade e de desenvolvimento estruturado de recursos.

Distinga-se primeiro entre Escolas da rede pública e da rede privada. Nestas últimas, assinalam-se na orgânica dos espaços escolares as Bibliotecas, ou Centros de Recursos, não integrados na RBE (que se destina exclusivamente a estabelecimentos da rede pública), porém com situações muito diferenciadas, desde a quase insignificância até a unidades documentais com pessoal especializado e equipa de apoio, enquadrado nos órgãos de gestão pedagógica do estabelecimento.<sup>18</sup>

Nas Escolas da rede pública, o Programa RBE, iniciado em 1996, integra, em Janeiro de 2007, mais de 1800 estabelecimentos com biblioteca escolar, sendo 807 do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de todas as regiões de Portugal Continental. Aguarda-se a sua aplicação, ou de Programa similar, nas Regiões Autónomas.

Dez anos volvidos, a investigação publicada sobre esta Rede e sobre as Bibliotecas Escolares ainda é escassa, embora sejam muitas as interrogações e as áreas de estudo, envolvendo também o papel da Bibliotecas Municipais. Refira-se a este respeito um artigo recente de Pessoa (2006), inserido no último de dois números dedicados a Bibliotecas Escolares da revista PROFORMAR, editada pelo Centro de Formação de Almada Ocidental:

Também temos sempre defendido, como é feito em vários dos artigos publicados naquela revista *online*, que as bibliotecas escolares e os centros de recursos devem

<sup>18</sup> Como exemplo positivo desta última situação, infelizmente ainda pouco frequente, refira-se o Instituto Nun'Álvares (Colégio das Caldeiras). Escreve um aluno do 5º ano (10 anos de idade?), Telmo (2006), na Revista do Colégio:

Na aula de Português, eu e os meus amigos fomos à Biblioteca, com a nossa professora, conhecer as diferentes regras de funcionamento, e as várias actividades que a Biblioteca nos pode oferecer. Foi com a ajuda da Prof.ª Maria José, Bibliotecária, que conhecemos as diferentes partes da Biblioteca, e ficámos a saber que os livros estão colocados por assuntos. Vimos a parte dos livros mais antigos e, de seguida, fomos para a Sala de Leitura, onde a professora nos explicou as regras de funcionamento, (através de jogos) e como podemos requisitar os livros, que nós quisermos, para que possamos estudar e ler. Depois de ouvirmos uma história, com entusiasmo, pois a história era muito engraçada e nós tínhamos de fazer gestos, regressámos à sala, bem animados.

servir a escola onde vivem: estando apetrechadas(os) com o que é necessário para a ‘boa’ consecução dos currículos e de todas as actividades não-curriculares, dando-se a conhecer a todas(os) professoras(es) que nela trabalham, captando os apoios de todas(os) as(os) Encarregados de Educação e estabelecendo as melhores ligações com o ‘meio’ envolvente. Este inclui o quê?

O Ministério da Educação que decide, para todas as escolas? Por igual? Da maior parte das questões educativas? Que quer as escolas em rede, mas qual? A rede da comunicação virtual ou a rede de comunicação real que ‘encrava’ a toda a hora por falta de meios informáticos? O Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares que apoia todas as escolas? ou só algumas que têm a “(...)felicidade(...)” de serem seleccionadas (Miranda, 2005)? Estamos a falar de um ensino público ou vários? A Rede das Bibliotecas Escolares (...) que promove concursos entre escolas para terem aquilo que deve existir em todas ou introduzimos nelas o princípio dos ‘rankings’? Ou o da meritocracia? As autarquias locais que, desde 1987, têm a responsabilidade pela leitura pública? Mas o que quer isto dizer? Como fazem esse trabalho: virando-se para toda a população que é suposto servirem ou escolhendo, dentro dela, um grupo específico - a população escolar activa? E que fazem com a outra, por exemplo, com os quase 50% de estudantes que abandonam o secundário? Quando criam, nesta área, os “SABE”- Serviços de Apoio a Bibliotecas Escolares - fazem-no porque a esses serviços cabe a parceria na definição de políticas locais de leitura ou para “(...) promover a articulação e ajudar as bibliotecas escolares a tirar o melhor proveito possível dessa mais valia(...)”(Nunes, 2005)? ‘Ajudar’ significa igualdade entre intervenientes, supremacia da organização documental sobre a utilização pedagógica ou o quê ainda?

(Pessoa, 2006:2)

Não havendo crescimento sem crise, nem conhecimento sem crítica, a 35ª Conferência da IASL em Lisboa (2006)<sup>19</sup> e os múltiplos Seminários e Encontros temáticos<sup>20</sup> que se vêm realizando um pouco por todo o País, infelizmente ainda com escassas participações de investigadores nacionais, acompanham uma tendência cada vez mais forte para publicar e partilhar documentos produzidos sobre, nas e com as Bibliotecas Escolares portuguesas.

No domínio da formação, serão determinantes as alterações de paradigma que decorrem:

- da revisão do Estatuto da Carreira Docente em 2006;
- da adaptação do Ensino Superior ao quadro institucional gerado pela Declaração de Bolonha;
- das anunciadas Reformas da Administração Pública

<sup>19</sup>Contou com 460 participantes, incluindo 250 portugueses, 40 de outros países europeus, e comunicações de todo o mundo.

<sup>20</sup>Assinale-se que com grande afluência de público, como foi exemplo o último Seminário Internacional sobre Bibliotecas Escolares organizado pela Fundação C. Gulbenkian em Lisboa (Setembro 2006), Ter ou não ter Bibliotecário Escolar, que reuniu mais de 600 participantes, de escolas de todo o País.

- do que resultar das medidas de Qualificação preconizados por instrumentos financiadores como os enquadrados pelo QREN 2007-2013<sup>21</sup>.

Estas alterações requerem capacidade de sistematização e de concretização para destinatários com novas características, geracionais e de formação, num contexto já não apenas regional ou nacional, mas europeu e de forte mobilidade e precariedade, penalizador das regiões e dos segmentos sociais menos qualificados, mais pobres ou mais periféricos.

É essencial que todas, mas mesmo todas, as escolas portuguesas desenvolvam serviços de Biblioteca Escolar. Do ponto de vista educativo e de sustentabilidade do nosso desenvolvimento, a distância a que estamos, ainda, desta meta, é um forte *handicap* para as gerações futuras. Não se trata aqui apenas de quantidade, nem só de recursos materiais – muito já se investiu, e há que reflectir sobre a relação custo/benefício, em termos cívicos e profissionais, sem ansiedade mas com desassombro. Trata-se, antes, de maior desenvolvimento de competências reflexivas e proactivas nos recursos humanos envolvidos.

O papel de associações como a BAD ou a INCITE<sup>22</sup>, os Sindicatos ou outras formas de organização de profissionais e especialistas, é essencial, quer no contributo para formar massa crítica entre os profissionais e decisores, quer na sua mobilização e na visibilidade da importância e seriedade das decisões que se forem assumindo nos diversos centros de poder, dentro e fora das escolas e das bibliotecas. O âmbito desta acção não pode, porém, ser meramente local, regional ou mesmo nacional, antes requer capacidade, não só de resposta, mas também de iniciativa com maior proactividade em foruns alargados, quer geográfica, quer culturalmente. Trata-se de conceber intervenção e actuar, por exemplo, no espaço dos falantes de Língua Portuguesa, ou junto de outras comunidades, como grupos formais ou informais, que especifiquem e aprofundem um aspecto particular, por nível de ensino ou a partir de outro foco de interesse. Neste último aspecto, as competências dos profissionais passam também pela sua capacidade de gerar e gerir participação em redes inter-profissionais e em estruturas associativas de diferente cariz<sup>23</sup>, e desenvolve-se agindo, arriscando a crítica e o erro, reflectindo e emendando, mantendo a memória do passado, chamando

<sup>21</sup>Quadro de Referência Estratégico Nacional, aprovado em Conselho de Ministros, Lisboa, 11/01/2007. Define a aplicação de 21,5 mil milhões de euros dos fundos da União Europeia entre 2007 e 2013. Qualificação e Competitividade são as prioridades. Mais informação em <http://www.qren.pt>

<sup>22</sup> INCITE Associação Portuguesa para a Gestão da Informação

<sup>23</sup>A BAD tem desenvolvido ligações no âmbito da IFLA – Secção das Bibliotecas Escolares Centros de Recursos, da IASL, do ENSIL European Network for School Libraries and Information Literacy. Têm sido menos activas as ligações com associações nacionais de outros profissionais da educação, como os Sindicatos e as diversas Associações e Sociedades, embora esta área esteja contemplada nos objectivos do Grupo de Trabalho. Com a criação de uma Secção nos termos recentemente regulamentados pela BAD, espera-se que este aspecto possa ser desenvolvido.

permanentemente novas gerações à participação e à produção e partilha de instrumentos práticos, de actualização teórica e de intervenção útil. Como afirmam Lave Wenger (1991:98)<sup>24</sup>, citado por Bárrios (2007):

Uma determinada prática social não resulta apenas da necessidade de fazer algo em conjunto; pressupõe o compromisso na partilha do conhecimento e no aprender em conjunto; “uma comunidade de prática é uma condição intrínseca para a existência do conhecimento”

## CONCLUSÃO

Reconhecendo a dimensão social da Biblioteca Escolar e o seu papel no desenvolvimento dos recursos humanos e de conhecimento do país, pretendemos associar esta dimensão, com o maior rigor e actualidade, à visão da Escola que desejamos e que queremos construir, efectivamente, para os nossos filhos e netos, meninos e meninas.

É cada vez mais nítida a necessidade de pedir à investigação que se produz, no domínio das Ciências da Documentação e da Informação, mas também, nos das Ciências da Educação e das Ciências Sociais em geral, que nos ajude à apropriação de conceitos precisos, para elevar o rigor do conhecimento sobre nós próprios, indispensável à eficácia da leitura do presente e do futuro, como profissionais e como cidadãos. Embora o acesso à cultura escrita não se esgote nos caminhos proporcionados pela Escola, esta é, sem dúvida, uma instituição comum, uma referência fortíssima, para quase todos os jovens das actuais e futuras gerações. Outros contributos, como o das Bibliotecas de Leitura Pública, o dos Museus, o dos Arquivos, ou outros, terão de ter esta referência em conta, quando trabalham com os diferentes públicos a que se dirigem.

Se a história da Bibliotecas Escolar se prende à história da Escola, articula-se ainda com a das Bibliotecas de Leitura Pública, e com a evolução, e mesmo a crise, da leitura. Como afirma Magalhães (2003:97):

A relação entre as bibliotecas da rede pública de leitura e as bibliotecas escolares é um domínio pouco conhecido no plano histórico, ainda que se possa admitir, como tese, que o peso dos professores foi determinante na orientação do leitor e na organização do mundo da leitura que, deste modo, se regia por parâmetros análogos, dentro e fora do quadro escolar. (...) Só nas décadas mais recentes (...) se torna possível uma mais distinta diferenciação entre a leitura escolar e a leitura não escolar e uma progressiva inversão do quadro de influências, permitindo uma intervenção dos responsáveis pela leitura pública no interior do mundo escolar. Desta articulação será de esperar uma economia de recursos e um maior enquadramento do público leitor. (...) No entanto (...) a leitura pública é, em regra, interpretada pelo público escolar como um complemento e uma via de realização com êxito das tarefas e das funções escolares (...)

De facto, todo o investimento das últimas décadas em prol da leitura decorre num tempo de crise de leitura. Crise essa originada pela pregnância do escrito, designadamente como consecução das tarefas escolares, e acentuada pelas polarização e multiplicação dos meios de

comunicação e propagação da oralidade, crise, inclusive, acrescida por uma mudança rápida dos meios tradicionais de suporte da leitura, nomeadamente do livro face aos rapidíssimos avanços da informatização.<sup>25</sup>

Nas Bibliotecas Públicas como nas Bibliotecas Escolares, a valorização e a especialização dos profissionais é essencial, e requer actualização de conceitos sobre eles e sobre as competências e perfis que lhe são exigidos. Este trabalho, para lá de instrumentos fundamentais em construção a nível europeu, como o Euro-referencial I-D, e do empenho crítico no exercício das funções de cada um(a) no seu local de actuação, pede, hoje, a todos nós algumas transformações importantes. Destacaria três dimensões que emergem da reflexão que aqui procurei apresentar:

- saberes técnicos, nos domínios da Educação, da Documentação e da Informação e do papel social: *saber, saber porquê, saber fazer*;
- saberes nos domínios das Tecnologias da Informação (suportes electrónicos) enquanto Tecnologias de Comunicação: *saber usar, saber formar para usar, usar enquanto profissional*;<sup>26</sup>
- saberes nos domínios da Comunicação verbal (proficiência em idiomas, incluindo a língua portuguesa, em diferentes registos orais e escritos) e não verbal – tendo em conta a importância do trabalho em reuniões, face a face, mais ou menos alargadas e condensadas no tempo: *saber argumentar, saber ouvir, saber perguntar*.

Estas dimensões são desenvolvidas, também, por profissionais de outras áreas, como os professores. A sua formação configura o desenvolvimento de um processo identitário, considerado como um “espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão” (Nóvoa, 2000: 16), e requer a abertura de *territórios comuns* em que se desenvolvam competências de cooperação e de projecto, bem como a indispensável consciência crítica individual que *dê sentido* ao que se concretiza. Wenger (1998:47), que vem trabalhando com profissionais de diferentes

<sup>25</sup> A Unesco promulgou o período de 2003 a 2012 como **Década da Literacia**, com o lema **Literacia é Liberdade** Literacy for all: voice for all, learning for all, desenvolvendo, entre 2005-2015, dois Programas complementares : *Teaching and Learning for a Sustainable Future (programa multimedia de formação de docentes)* e *Literacy Initiative For Empowerment (LIFE)*. Mais informação: [www.portal.unesco.org](http://www.portal.unesco.org). Em Portugal, em 2006, foi lançado a nível nacional, para um horizonte de 10 anos, o Plano Nacional de Leitura, com o lema **Ler+** cuja análise não cabe no objecto desta comunicação, e que edita informação em [www.planonacionaldeleitura.gov.pt](http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt)

<sup>26</sup>Faltam-nos recursos electrónicos especializados suficientes, actualizados, e em língua portuguesa, que apoiem os profissionais, estando ainda muito por fazer no domínio da produção e edição de conteúdos e instrumentos de e-learning e de recolha e difusão de informação. A tradução da informação, incluindo português e inglês, pelo menos, é muito importante na apresentação destes conteúdos, quer do ponto de vista interno, quer do ponto de vista da visibilidade externa e da possibilidade real de alargamento de comunidades e de horizontes.

áreas e contextos geográficos, lembra-nos que fazer é “um fazer [...] num determinado contexto histórico e social, que dá estrutura e significado ao que se faz”.

### MEDIDAS A TOMAR. ALGUMAS PROPOSTAS

É de todo decisivo ultrapassar a precariedade actual, pela formalização do reconhecimento institucional, quer das BECRE como estrutura educativa das Escolas/Agrupamentos de Escolas, quer, ainda, dos profissionais que as gerem e dinamizam, docentes e não docentes, no âmbito dos normativos legais que enquadram a administração e gestão dos estabelecimentos educativos, as carreiras, os quadros e a colocação de pessoal docente e do pessoal não docente, reflectindo a sua qualificação e necessária especialização, bem como a importância destas estruturas no sucesso educativo dos alunos.

Deste factor depende a motivação de milhares de profissionais para a sua auto-formação e para a consolidação de práticas já desenvolvidas, ou para a criação de novas situações de desenvolvimento, a sustentabilidade de qualquer investimento a realizar neste campo, bem como a efectiva qualidade educativa da nossa rede escolar<sup>27</sup>.

Sem este passo, a expansão verificada na última década pode com facilidade retrair-se, com óbvio prejuízo para a qualidade do ensino e das aprendizagens, e decorrente desperdício de recursos e de investimentos públicos e privados, a começar pelos dos próprios profissionais e outros elementos da Comunidade, com destaque para as parcerias com Autarquias e Bibliotecas Municipais, que, de projecto em projecto, de formação em formação, muito têm dado de si e entre si.

Por ocasião do Dia Internacional das Bibliotecas Escolares de 2006, a BAD, enquanto Associação de Profissionais, solicitou uma audiência à Ministra da Educação, para estudar soluções para estes problemas. Agrada-se resposta.

Há ainda muito por fazer no campo do trabalho associativo e de redes existentes ou a criar, sobre esta temática, a começar pela mobilização dos profissionais, e do olhar destes sobre a profissão, em todos os seus contextos de exercício.<sup>28</sup>

Finalmente, procurei sistematizar em quadro algumas propostas de acção no âmbito da legislação em vigor, ou a criar.

### Nove medidas a desenvolver a curto prazo

<sup>27</sup>Ver evidências do papel da Biblioteca Escolar no sucesso educativo dos alunos, compiladas em <http://www.iasl-slo.org/make-a-difference.html> (acedido 31012007). Em Portugal, cada vez surgem mais trabalhos de investigação no âmbito de Mestrados e Doutoramentos sobre as Bibliotecas Escolares, incluindo um número significativo na área das Ciências da Educação.

<sup>28</sup>Cabe aqui referência ao trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do Euro-referencial I-D, iniciado em 1999, que se apresenta como “um relatório racional e validado, de entidades típicas ao qual nos podemos referir para localizar e caracterizar comparativamente entidades reais”. (European Council of Information Associations, 2005:14-15). Reconhece-se que “se a profissão mudou muito, o nosso olhar sobre ela mudou ainda mais.”(ibidem)

Propostas	Entidades
Integrar as BECRE como estrutura educativa essencial em todos os níveis e graus de ensino, na orgânica da gestão das Escolas/Agrupamentos de Escolas, bem como nos referenciais de avaliação do seu funcionamento	Min.Educação Sec. Regionais
Incluir padrões de referência actualizados nas orientações legais para construções escolares, contemplando a BECRE, em escolas públicas e privadas, nos termos da Lei e de acordo com as competências da tutela	Min. Educação Secretarias Regionais
Definir perfil e competências para Professor Bibliotecário, com formação adequada enquanto profissional da Educação e da Informação-Documentação, responsável pela gestão de uma estrutura da Escola/Agrupamento de Escolas	Min. Educação Secretarias Regionais
Activar grupo de recrutamento de Professor Bibliotecário nos concursos para colocação de professores, incluindo a correspondente especificação de aspectos a avaliar no seu desempenho, com reflexos na progressão na carreira	Min. Educação Secretarias Regionais
Criar quadros para Professores Bibliotecários por Escola/Agrupamento de Escolas, com vagas em número suficiente de abertura gradual e progressiva, a suprir através de concurso de grupo de recrutamento	Min. Educação Secretarias Regionais
Definir perfil e competências para técnicos BAD e outro pessoal de apoio à Biblioteca, com formação adequada enquanto profissionais da Educação e da Informação-Documentação	Min. Educação Secretarias Regionais
Definir perfil e competências profissionais com funções técnico-pedagógicas de apoio à RBE nos quadros do Ministério da Educação ou das Secretarias Regionais	Min. Educação Secretarias Regionais
Actualizar o perfil e as competências de Bibliotecários de Leitura Pública, prevendo serviços de apoio às Bibliotecas Escolares e à RBE	Min. Cultura. Secretarias Regionais
Integrar conteúdos relacionados com as Bibliotecas Escolares/Centros de Recursos no curriculum de formação em Administração e Gestão Escolar e em Gestão e Administração Autárquica	Min. Educação. Sec. Regionais. INA. Universidades. Institutos Politécnicos

### EPÍLOGO

Em intervenção a propósito da leitura e dos clássicos, Teresa Calçada, coordenadora da Rede de Bibliotecas Escolares e membro da Coordenação, com Isabel Veiga<sup>29</sup> do Plano Nacional de Leitura, ao mesmo tempo que valoriza o trabalho com os mediadores de leitura, formas estimulantes de incentivar o treino de leitura destaca uma dimensão essencial na leitura: o tempo.

A leitura é exigente do ponto de vista do tempo. (...) Pode haver mais leitores que há dez, vinte, trinta anos, mas por

<sup>29</sup> Isabel Veiga usa o pseudónimo literário de Isabel Alçada

outro lado, quem tem hábitos de leitura, lê menos por causa do seu próprio tempo subjectivo.<sup>30</sup>

(Calçada:2006)

Manguel (1999) na sua *História da Leitura*, muito nos faz pensar sobre este tempo interior, em confronto com o tempo “lá fora”, um e outros tempos também históricos, sociais, culturais, diferentes e no entanto semelhantes, actuando na cabeça e no coração no pensar, no sentir e no lembrar.<sup>31</sup> Fica a sugestão, para quando tivermos outro tempo, a ler.

Um amigo sabedor de estrelas enviou-me uma curiosidade astronómica: um sítio na Internet para calcularmos a nossa idade, em anos, conforme vivêssemos em cada um dos planetas do nosso Sistema Solar,<sup>32</sup> atendendo aos diferentes ciclos anuais, dependendo da proximidade do Sol. Assim, os meus 51 anos na Terra transformam-se nuns desejáveis 27 de Marte, nuns ainda infantes 4 em Júpiter ou num surpreendente 0,2 em... Plutão, o tal que foi despromovido de planeta. A analogia com a nossa representação de atraso no desenvolvimento é irresistível – somos uma democracia jovem, uma sociedade de solidariedades ainda iniciais, ou um país velho demais? Teremos de saber situar o Sol, e contar o tempo em função do nosso padrão de referência, neste caso não dos ciclos de dia/noite, Verão/Inverno, mas de desenvolvimento/subdesenvolvimento, ou, se seguirmos uma tradição setecentista, de felicidade/infelicidade dos povos.

Qual é a nossa idade? Em que tempo vivemos? O terráqueo ou o marciano? Queremos aumentar a nossa vitalidade, ou esperança de vida, nas Bibliotecas Escolares? Procuremos influir na rota do nosso planeta, a Escola e o Sistema Educativo, e aproximemo-la de Marte...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

35ª Conferência IASL: *As múltiplas faces da literacia : ler, saber, fazer*, Lisboa, 2006 <http://www.iasl-slo.org/conference2006.html>

Bárrios, Amália. THEKA Projecto Gulbenkian de Formação de Professores para o Desenvolvimento de

<sup>30</sup>Debate a propósito da leitura e dos clássicos, realizado na Casa Fernando Pessoa, a 24 de Outubro de 2006. Citação recolhida no blog *O bicho dos livros* (acedido 21/10/2006). [http://obichodoslivros.blogspot.com/2006\\_10\\_01\\_archive.html](http://obichodoslivros.blogspot.com/2006_10_01_archive.html)

<sup>31</sup>Recentes descobertas no estudo das funções cerebrais em pessoas com transplantes cardíacos parecem indicar que a memória se relaciona não apenas com o cérebro, mas também com o funcionamento cardíaco. Cf. entrevista a Paul Pearsall (2006)

<sup>32</sup> *A tua idade noutros planetas*. [http://www.minerva.uevora.pt/ti ciencia/estrelas/idade\\_noutros\\_planetas.htm](http://www.minerva.uevora.pt/ti ciencia/estrelas/idade_noutros_planetas.htm) (acedido 31/01/2007)

Bibliotecas Escolares in *Newsletter RBE*, nº 2 (Fev. 2007) [www.rbe.min-edu.pt](http://www.rbe.min-edu.pt)

Calçada, Teresa (2006), citada in *O bicho dos livros* [Blog], Sérgio, Andreia, [http://obichodoslivros.blogspot.com/2006\\_10\\_01\\_archive.html](http://obichodoslivros.blogspot.com/2006_10_01_archive.html)

IASL (1993). *Policy statement on School Libraries*. Paris, IFLA <http://www.iasl-slo.org/policysl.html>. Versão portuguesa <http://www.rbe.min-edu.pt/> (Documentos)

IASL (ca 2003- ) *School Libraries make a difference to student achievement*. Paris, IFLA <http://www.iasl-slo.org/make-a-difference.html> (actualiz. 20.02.2006)

European Council of Information Associations (2005). *Euroreferencial de competências I-D*. 2ª ed. revista. Lisboa, INCITE

Hannedottir, Sigrun Klara. *Bibliotecários Escolares: linhas de orientação para os requisitos de competências*. (Relatório profissional IFLA ; 41), trad. port. Mª Elvira Evaristo [www.rbe.min-edu.pt](http://www.rbe.min-edu.pt)

*Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares : relatório síntese* (1996) org. Isabel Alçada, e outros. Lisboa, Ministério da Educação

Lave, J., e Wenger, E. (1991). *Situated learning : legitimate peripheral participation*. Cambridge, USA, Cambridge University Press

Magalhães, Justino (2003), A escola elementar e a leitura em Portugal, in *A modernização pedagógica e a Escola para todos na Europa do Sul no século XX*, org. Rogério Fernandes, Joaquim Pintassilgo, Lisboa, SPICAE, p. 91-98

Manguel, Alberto (1999). *Uma história da leitura*. trad. Ana Saldanha, Lisboa, Presença

*O nosso Colégio : revista* [Documento electrónico]. 2ª Série. Nº6 (Out. 2006). Caldinhas, Colégio das Caldinhas <http://www.colegiodascaldinhas.pt/docs/revs/NC010607.pdf> (acedido 31.01.2007)

Nóvoa, A. (2000). Os professores e as histórias de vida. In A. Nóvoa (org.) *Vidas de Professores*, p. 11-30. Porto, Porto Editora

Pearsall, Paul (2006) *O poder do coração: entrevista*, por Fátima Afonso, citada por André Gustavo Lima Meira in [http://www.avenir.dhs.org/archives/coaching/03-2006/msg00003.html\(2006.03.16\)](http://www.avenir.dhs.org/archives/coaching/03-2006/msg00003.html(2006.03.16)), sem indic. de fonte

Pessoa, Ana Maria (2006) As Bibliotecas Escolares e os Centros de Recursos – uma discussão mais urgente do que actual. in *PROFORMAR*, Edição 9 (Maio 2005) [http://www.proformar.org/revista/edicao\\_9/pag\\_2.htm](http://www.proformar.org/revista/edicao_9/pag_2.htm) (acedido 31.01.2007)



UNESCO(1999). *IFLA/UNESCO School Library Manifesto*. Paris, IFLA/Unesco.  
<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/manifest.htm>.  
<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf> (trad. port. Gabinete Coord. RBE)

UNESCO (2002). *The IFLA/Unesco School Libraries Guidelines*. Paris, IFLA/Unesco.  
<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/school-guidelines.htm>.  
Trad. port. M. José Vitorino  
[http://www.theka.org/docs/fontes\\_informacao/docs\\_ref/IFLA\\_directrizes\\_pt.pdf](http://www.theka.org/docs/fontes_informacao/docs_ref/IFLA_directrizes_pt.pdf)

Teixeira, José Carlos (2003). Tomando o café da manhã com o Dr. José Teixeira [entrevista por José Ferreira] in *Adiaspora.com*, Toronto (10.Dez.2003)  
[http://www.adiaspora.com/\\_port/ola/entrevista/JCTeixeira.htm](http://www.adiaspora.com/_port/ola/entrevista/JCTeixeira.htm) (acesso 20070131)

Wenger, E. (1998). *Communities of practice : learning, meaning and identity*. Cambridge (USA), Cambridge University Press

**LEGISLAÇÃO RELACIONADA COM BILÍOTECAS ESCOLARES<sup>33</sup>**

Ano	Diploma	Resumo
2007	Dec. Lei 15/2007, de 19/1	Estatuto da Carreira Docente ECD (revisão)
2006	Dec. Lei 224/2006, de 13/11	Regula a dispensa da componente lectiva e define regime de reclassificação e reconversão profissionais aos docentes declarados incapacitados para a docência. Revoga o artº 81º do ECD, a Port. 296/99, de 28/4 e outra legislação
	Dec. Legislativo Regional 29/M/2006, de 30/6	Estatuto das Carreiras de Pessoal Não Docente na Região Autónoma da Madeira
	Dec. Legislativo Regional 11/2006-A, de 21/3	Estatuto das Carreiras de Pessoal Não Docente na Região Autónoma dos Açores
	<a href="#">Disp. 17460/2006</a> , de 29/8	Regulamento interno do pessoal não docente
	<a href="#">Disp. 13599/2006</a> , de 28/6	Elaboração de horários docentes. Artº 8º consagrado à Biblioteca Escolar
	Resolução 86/2006, de 1/6	Aprova o Plano Nacional de Leitura e respectiva Comissão
2005	De. Legislativo Regional 12/2005-A, de 16/6	Regime jurídico de autonomia e gestão de unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores
	Disp. Conjunto 1081/2005, de 22/12	Determina a criação de uma equipa de coordenação do Plano Nacional de Leitura e define a sua constituição, competências e coordenação
	Disp. 18797/2005, 30/8	Verbas ASE e sua aplicabilidade em aquisições para BECRE (altera, em parte, o Disp. 15459/2001, de 26/7, mantendo o artº 8º, ponto 1)
	Disp. 17387/2005, de 28/7	Revogado pelo Disp. 13599/2006, de 28/6
2004	Dec. Lei 184/2004, 29/7	Estatuto específico do pessoal não docente (altera o Dec. Lei 515/99)
2002	Disp. Interno Conjunto nº3-I/SEAE/SEE/2002, de 15/3	Crédito horário 2002-2003 (mantém-se, excepto pontos 2 e 4 revogados pelo <a href="#">Despacho 13599/2006</a> )
2001	Portaria 63/2001, de 30/1. <b>Não vigente</b>	(Rectificações) - Aprova os conteúdos funcionais das carreiras e categorias do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e de ensino não superior.
2000	Disp. Conj, 738/2000, de 19/7	Altera o Disp. Conj. 184/ME/MC/1996
1999	Disp. Conj. 368/99, de 8/11. <b>Não vigente</b>	Prorroga o funcionamento do gabinete para a Elaboração e Execução de um Programa de Instalações da Rede de Bibliotecas Escolares e altera a sua constituição.
	Despacho 198/99, de 15/2	Define o perfil de competências dos titulares de cursos de formação especializada na área de comunicação educacional e gestão da informação
	Dec. Lei 515/99, de 24/11	Aprova o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior (alterado pelo Dec. Lei 184/2004)
	<a href="#">Dec. Lei 497/99</a> , de 19/11	(Rectificações) Estabelece o regime da reclassificação e da reconversão profissionais nos serviços e organismos da Administração Pública.
1996	Disp. 184 /ME/MC/96, de 27/8	Dá início ao “lançamento de um Programa de instalação da Rede de Bibliotecas Escolares”, criando um Gabinete, com Coordenação, e horizonte de funcionamento até 1999, e um Conselho Consultivo. Alterado parcialmente por outros diplomas.
1995	Disp. Conj. 13/ME/MC/95, de 29/12	Cria um Grupo de Trabalho para analisar e propôr medias tendentes a incetivar a utilização do livro ns metodologias do ensino e na organização do tempo escolar e o desenvolvimento das Biblioteca Escolares.
1993	Dep. Normativo 189/93, de 6/7	Refere Centros de Recursos Educativos na aprovação de planos curriculares do Ensino Recorrente e Unidades Capitalizáveis.
1991	Dec. Lei 247/91, de 10/7	Rectificações. Aprova o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo (BAD).
1990	Dec Lei 139-A/90, de 23/4	Estatuto da Carreira Docente (revisto pelo Dec.Lei 15/2007)
1987	Lei 19-A/87, de 3/6	Adopta medidas de emergência sobre o ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Refere as Bibliotecas Escolares
1986	Lei nº 46/86, de 14/10	Lei de Bases do Sistema Educativo. Artº 4º. Recursos Educativos

<sup>33</sup>Texto integral destes e doutros diplomas acessível em [www.theka.org](http://www.theka.org) e na página do GTDIE do sítio da BAD [www.apbad.pt](http://www.apbad.pt)